

Notas sobre a internacionalização produtiva brasileira no período recente e impactos sobre a integração regional

Fernando Sarti*

Célio Hiratuka*

XV Encontro Nacional de Economia Política 2010

Área Especial: América Latina e Brasil na nova configuração do capitalismo

Sub-área: Os novos desafios para o Brasil e a América Latina

Resumo

O artigo analisa as mudanças nas estratégias e condicionantes do processo de internacionalização produtiva brasileira no período recente com destaque para os impactos sobre a integração regional.

Abstract

The article analyzes the changes in the strategies and constraints on the process of internationalization of Brazilian production in the recent period with emphasis on the impacts on regional integration.

1. Introdução

A economia brasileira tem como uma de suas características básicas o elevado grau de internacionalização da estrutura produtiva, com ampla presença de empresas de capital estrangeiro exercendo papel de liderança em diversos setores econômicos. Esse não é de maneira alguma um fenômeno novo. O investimento direto estrangeiro (IDE) e o papel preponderante das empresas transnacionais (ETN) nos setores mais dinâmicos são aspectos constitutivos do próprio processo de industrialização brasileiro. Em especial no período do imediato pós-guerra até o final da década de 70, as filiais das ETN, articuladas pelo planejamento estatal com as empresas de capital nacional privado e público, foram fundamentais para o desenvolvimento e a consolidação de uma estrutura produtiva

* Professores do IE-UNICAMP e pesquisadores do Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia (NEIT-IE-UNICAMP)

diversificada e convergente com a dos países mais desenvolvidos, ao menos no que tange ao peso dos diferentes setores na estrutura industrial.

Na década de 80, entretanto, a crise da dívida externa interrompeu o longo ciclo de crescimento da economia brasileira, que passou a conviver com uma volatilidade muito maior nas taxas de crescimento do PIB, além de um processo inflacionário crônico. Nesse contexto, o IDE recebido pelo país estacionou em patamares reduzidos, ao mesmo tempo em que as filiais estrangeiras se mantiveram em compasso de espera, sem grandes projetos de expansão.

A retomada dos investimentos estrangeiros que ocorreu durante a década de 90 significou a volta de estratégias de expansão por parte das empresas transnacionais na economia brasileira. Motivadas pelas mudanças no cenário macroeconômico – liberalização dos fluxos de comércio e investimento, privatizações e estabilização, as ETN voltaram a realizar investimentos no Brasil.

Por outro lado, os investimentos brasileiros no exterior sempre estiveram em um patamar pouco elevado. Somente mais recentemente os fluxos de saída de investimento direto passaram a ganhar importância, seguindo a tendência de aumento da importância dos países em desenvolvimento nos fluxos de realização de IDE. Da mesma maneira, passou a ser mais visível o movimento de várias empresas brasileiras se tornando multinacionais, algumas delas inclusive disputando a liderança global em seus setores de atuação.

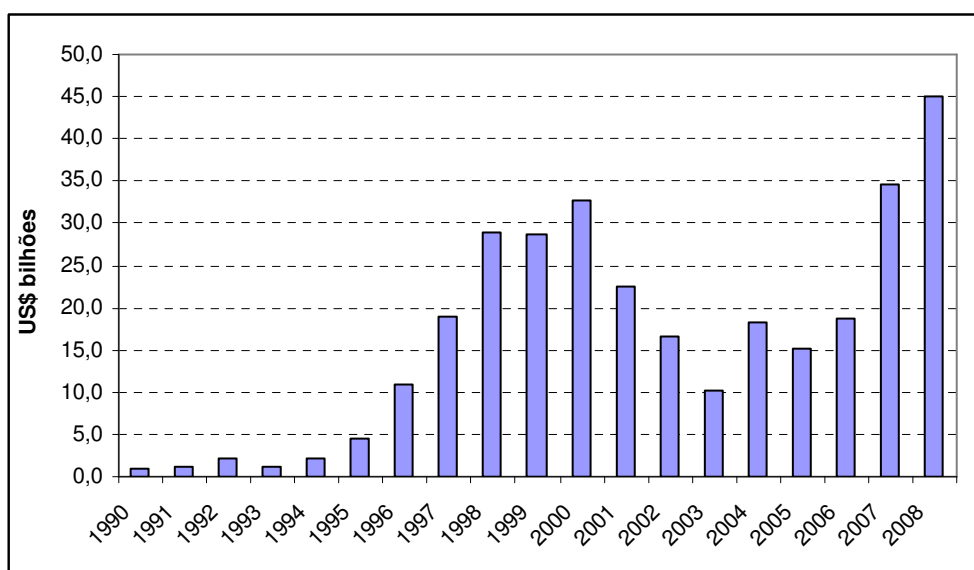
Este artigo busca detalhar as principais características do processo de internacionalização produtiva recente da economia brasileira, enfatizando as principais características dos fluxos de entrada de IDE, assim como analisar quais as características e os determinantes do recente movimento de realização de investimentos brasileiros no exterior (IBDE). Essa caracterização é realizada na seção seguinte. Além disso, busca-se, na terceira seção, avaliar de que maneira as características do IDE recebido e enviado pelo Brasil estiveram associados ao processo de integração regional, seja no âmbito do Mercosul, seja com os demais países da América Latina. Tradicionalmente, a questão da integração regional esteve muito mais associada aos efeitos da redução tarifária e seus efeitos sobre os fluxos de comércio, que poderiam potencialmente levar a uma integração “profunda” com maior liberdade na movimentação de capital e mão-de-obra. No entanto, menor atenção foi dada aos efeitos dos fluxos de investimento direto e às estratégias de internacionalização como vetor que também pode estimular a integração produtiva.

2. Características gerais do recente processo de internacionalização produtiva da economia brasileira no período recente.

Depois da retração ocorrida na década de 80, os fluxos de IDE para a economia brasileira voltaram a se elevar na década de 90, em especial em sua segunda metade. De um patamar de cerca de US\$ 1,5 bilhão anual no início da década, os fluxos se intensificaram a partir de 1995. Entre 1995 e 2000, a taxa média de crescimento foi de quase 50% ao ano. Vale ressaltar que os fluxos de investimento permaneceram em patamar elevado mesmo após a crise asiática ocorrida em 1997, a crise russa de 1998 e mesmo a crise brasileira que resultou na desvalorização do real em 1999 (Gráfico 1).

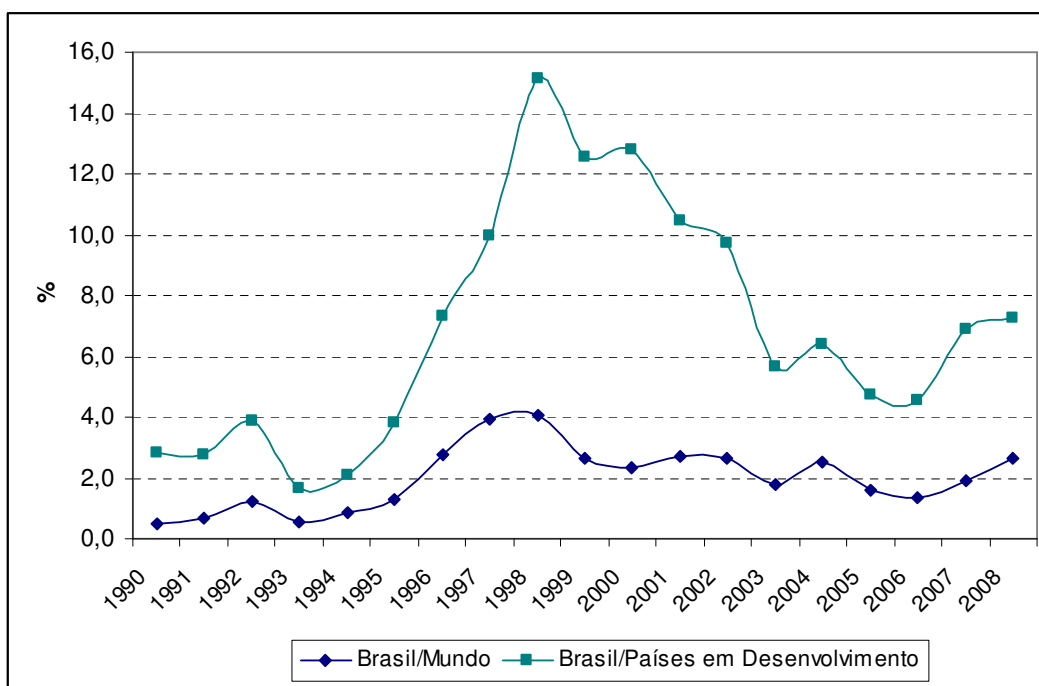
A partir de 2001, as condições da economia mundial voltaram a se deteriorar, em especial com a crise ocorrida na economia dos Estados Unidos em decorrência do estouro da bolha das empresas “ponto.com”, fato que se traduziu em redução drástica dos fluxos mundiais de investimento. O IDE direcionado ao Brasil caiu continuamente até 2003, quando atingiu US\$10,1 bilhões. A partir de 2004 o volume de IDE voltou a subir, atingindo US\$ 34,5 bilhões em 2007 e o recorde de US\$ 45 bilhões em 2008.

Gráfico 1 – Brasil - IDE líquido recebido, 1990 a 2008. Em US\$ bilhões



Fonte: Banco Central do Brasil.

Gráfico 2 – Brasil: participação nos fluxos de IDE recebido pelos Países em Desenvolvimento e pelo Mundo. Em %



Fonte: Unctad.

Em termos relativos, pode-se verificar pelo gráfico 2 que a participação dos fluxos de IDE recebidos pelo Brasil no total mundial e no total dos países em desenvolvimento acompanhou a tendência de aumento dos volumes absolutos até 1999, para então, entrar em tendência de queda, somente revertida a partir de 2007. Em 2008, a participação brasileira no total mundial atingiu 2,6% e no total dos países em desenvolvimento chegou a 7,3%.

É importante destacar também algumas mudanças importantes na composição dos fluxos de IDE recentes recebidos pela economia brasileira em relação a períodos anteriores. Em primeiro lugar vale destacar uma mudança acentuada na composição setorial dos fluxos. Em 1995, o setor industrial respondia por quase 67% do estoque de IDE no Brasil. Na segunda metade da década de 90, e início dos anos 2000, o IDE foi voltado basicamente para o setor de serviços, principalmente nos setores onde o processo de privatização foi mais importante como Telecomunicações, Energia Elétrica e Serviços Financeiros. Em 2000, o estoque de IDE no setor de serviços já respondia por 63,2% do total, superando a indústria, que passou a responder por 33% do total.

Já com relação aos fluxos acumulados entre 2006 e 2008, o que chama atenção é o aumento dos investimentos direcionados ao setor agrícola e extrativo. Enquanto o estoque em 2005 era de apenas 3,6% do total, entre 2006 e 2008, o fluxo direcionado a esses segmentos

atingiu quase 20% do total, fato que está associado à consolidação do Brasil enquanto grande produtor e fornecedor mundial de commodities agrícolas e minerais.

A indústria mostrou um ligeiro aumento de participação, com 35%. No entanto, vale destacar algumas mudanças na composição dentro da indústria, com o aumento da participação relativa dos setores mais intensivos em recursos naturais como alimentos, metalurgia e papel e celulose em detrimento de setores como químico e automotivo

O setor de serviços, por sua vez, exibiu queda na participação relativa, com 45% do total, refletindo o menor aporte de recursos em relação ao período de privatizações e mesmo em relação ao período imediatamente posterior, dado que em grande medida, a própria geração de caixa passou a financiar novos investimentos das empresas recém-instaladas. Esse fato explica por exemplo a baixa participação relativa do setor de telecomunicações no período 2006-2008 em relação ao aumento do estoque entre 2000 e 2005. Por outro lado, destaca-se o aumento da participação relativa do setor de construção, que representou 3,8% do total.

Tabela 1 – Brasil: estoque e fluxos de IDE por setor de atividade, 1995, 2005 e 2006 a 2008 – US\$ milhões e %

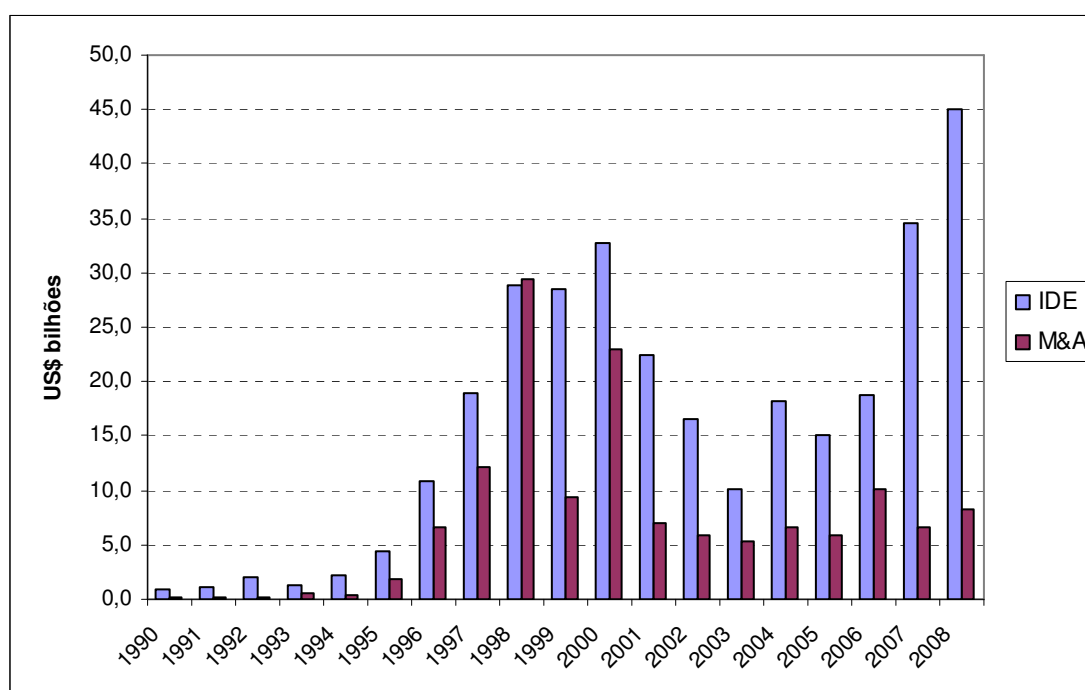
Atividade Econômica	Estoque				Fluxos				
	1.995	%	2005	%	2006	2007	2008	Acum 2006-2008	%
Agricultura e Extrativa	925	2,2	5.891	3,6	1.363	4.982	12.996	19.341	19,4
Indústria	27.907	66,9	53.763	33,0	8.744	12.166	14.013	34.923	35,0
Alimentos e Bebidas	2.828	6,8	6.867	4,2	739	1.817	2.238	4.794	4,8
Química	5.331	12,8	12.128	7,4	1.134	752	1.079	2.965	3,0
Automotiva	4.838	11,6	11.241	6,9	288	872	964	2.123	2,1
Metalurgia	3.005	7,2	1.612	1,0	1.713	4.700	4.984	11.397	11,4
Eletrônica e Equip. de Telecom.	785	1,9	4.517	2,8	325	159	145	629	0,6
Papel e Celulose	1.634	3,9	2.275	1,4	1.797	263	205	2.265	2,3
Máquinas e Equipamentos	2.345	5,6	4.331	2,7	430	431	506	1.367	1,4
Material Elétrico	1.101	2,6	2.157	1,3	206	371	335	913	0,9
Borracha e Plástico	1.539	3,7	2.355	1,4	223	465	671	1.359	1,4
Outros	4.502	10,8	6.281	3,9	1.889	2.336	2.885	7.110	7,1
Serviços	12.864	30,9	102.820	63,2	12.124	16.556	16.878	45.559	45,6
Telecomunicações	399	1,0	32.834	20,2	1.216	308	447	1.970	2,0
Eletricidade, Água e Gás	0	0,0	7.671	4,7	2.332	618	909	3.859	3,9
Intermediação Financeira	1.638	3,9	16.005	9,8	2.647	5.828	3.803	12.278	12,3
Serviços Empresarias	4.953	11,9	15.675	9,6	1.067	2.312	1.047	4.425	4,4
Comércio Varejistas	669	1,6	5.834	3,6	547	2.099	923	3.569	3,6
Comércio Atacadista	2.132	5,1	11.395	7,0	914	666	1.640	3.221	3,2
Construção	202	0,5	1.394	0,9	321	1.717	1.746	3.784	3,8
Outros	12.864	30,9	12.011	7,4	3.081	3.008	6.363	12.451	12,5
Total	41.696	100,0	162.807	100,0	22.231	33.704	43.886	99.822	100,0

Fonte: Elaboração NEIT/IE/UNICAMP a partir de dados do Banco Central do Brasil.

Finalmente, uma outra característica importante nos fluxos recentes de IDE diz respeito à participação das fusões e aquisições no total. No caso dos fluxos de IDE ocorridos

na segunda metade da década de 90 foi elevada a participação dos investimentos sob a forma de fusões e aquisições. O gráfico 3 mostra a evolução do valor das operações de fusões e aquisições transfronteiriças onde o Brasil aparece como país da empresa adquirida e o valor total de investimentos recebidos. Como é possível observar, a relação entre as duas variáveis atinge índices bastante elevados principalmente no período de auge do processo de privatizações, na segunda metade da década de 1990.

Gráfico 3 – Brasil: evolução do IDE e das Fusões e Aquisições no total de IDE, 1990 a 2008. Em US\$ bilhões.



Fonte: Unctad.

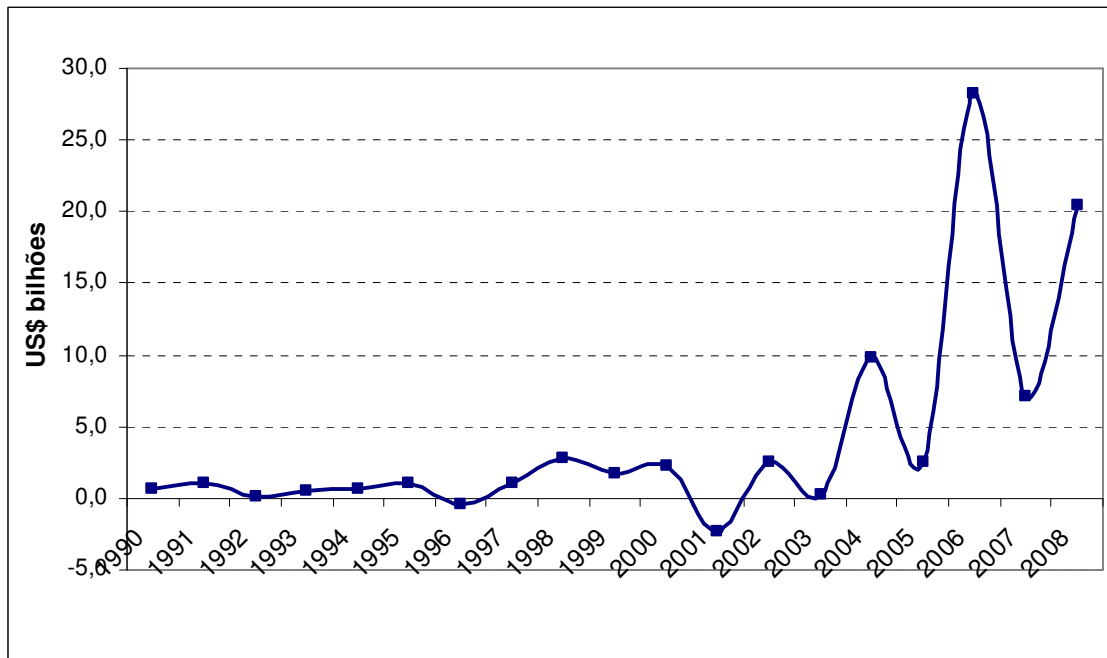
Com o fim do processo de privatizações a participação das fusões e aquisições reduziu-se, representando uma parcela cada vez menor do total investido nos últimos anos, indicando que parte crescente do IDE tem sido direcionado para novos projetos de investimento.

Porém, talvez principal mudança a ser destacada do ponto de vista do processo de internacionalização da estrutura produtiva brasileira no período recente, está relacionado ao aumento dos volumes de investimento brasileiro direto realizado no exterior no período recente, como será analisado a seguir.

Como pode ser visto no gráfico 4, enquanto o IDE atingiu patamares elevados a partir de meados da década de 90, o IBDE passou a ganhar maior expressão somente a partir de

2004, mantendo uma tendência de crescimento, embora com flutuações importantes decorrentes do peso de algumas operações de aquisição no exterior.

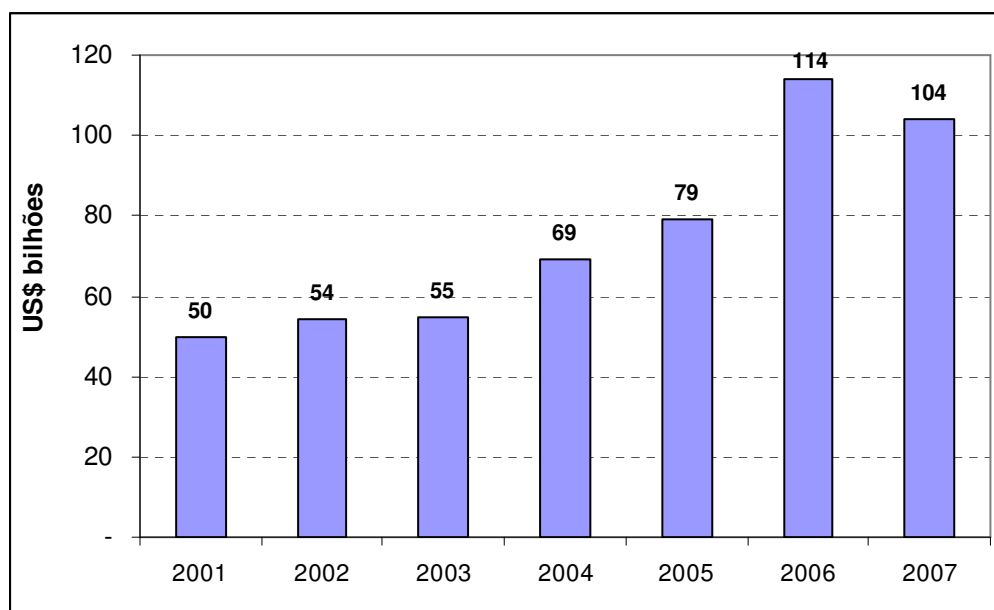
Gráfico 4 – Brasil: evolução dos investimentos diretos realizados no exterior. Em US\$ bilhões



Fonte: Elaboração NEIT/IE/UNICAMP a partir de dados do Banco Central do Brasil.

Os dados de estoque registrados pelo Banco Central também apontam para a mesma tendência de elevação, apesar da pequena redução observada em 2007 em relação a 2006. De qualquer maneira os investimentos atingiram um volume de US\$ 104 bilhões em 2007.

Gráfico 5 – Brasil: estoque de investimentos realizados no exterior. Em US\$ bilhões



Fonte: Elaboração NEIT/IE/UNICAMP a partir de dados do Banco Central do Brasil

Vale destacar, porém, que o aumento do investimento no exterior e o surgimento de empresas mais internacionalizadas não é um fenômeno apenas brasileiro, mas que vem ocorrendo para os países em desenvolvimento em geral (UNCTAD, 2007). Em 1990 os países em desenvolvimento representavam cerca de 5% do fluxo mundial de investimento direto realizado no exterior. Em 2007 a participação aumentou para 13%.

Analisando a lista das 500 maiores empresas globais, levantada pela Fortune, também é possível perceber o avanço das empresas dos países em desenvolvimento. Em 1990, apenas 19 empresas de nações em desenvolvimento figuravam na lista. Em 2008 esse número aumentou para 77. Nessa lista, aparecem com destaque empresas de países como Coreia do Sul e Taiwan, cujos processos de internacionalização ocorreram a partir dos anos 80, mas também países que passaram por um impulso no processo de internacionalização em período mais “tardio”, com destaque para China (29 empresas), Índia (7 empresas), além do Brasil (5 empresas).

Em termos relativos, a tabela 2 mostra que a participação brasileira nos fluxos mundiais de fato foi pequena em toda a década de 90 e início dos anos 2000. Mais recentemente, entretanto essa participação tem se elevado, seguindo a tendência dos países em desenvolvimento de aumentar sua participação nos fluxos totais realizados.

Tabela 2 – Participação relativa dos investimentos brasileiros no total de investimentos diretos realizados pelo Mundo, Países em Desenvolvimento e Países da América Latina. Em %.

Part. relativa	média 1990-1999	média 2000-2004	2005	2006	2007	2008
Brasil / Mundo	0,2	0,3	0,3	2,1	0,4	1,1
Brasil / Países em Desenvolvimento	2,1	2,9	2,1	13,3	2,8	10,1
Brasil / América Latina	9,4	8,5	7,0	44,6	13,5	32,4

Fonte: Unctad

Outras informações que confirmam a importância do boom recente de investimentos brasileiros no exterior são os dados sobre as fusões e aquisições em que empresas do Brasil aparecem como compradoras. Considerando em primeiro lugar as informações sobre os valores transacionados, a comparação do acumulado entre 1996-2001 com o período 2002-2006 mostra que subiu de US\$ 12,2 bilhões para US\$ 37,8 bilhões, o que representou um aumento de participação de 0,3% para 1,4% do total mundial (tabela 3).

Tabela 3 – Operações de Fusões e Aquisições por Região/País do comprador. (Em US\$ bilhões e número de operações)

Região/País	1996-2001		2002-2006	
	Valor	Part. Rel.	Valor	Part. Rel.
Mundo	3.567,3	100,0	2.644,1	100,0
Países Desenvolvidos	3.375,9	94,6	2.321,9	87,8
Países em Desenvolvimento	180,7	5,1	299,7	11,3
América Latina e Caribe	51,0	1,4	80,9	3,1
Argentina	7,4	0,2	6,5	0,2
Brasil	12,2	0,3	37,8	1,4
Chile	6,9	0,2	2,6	0,1
Venezuela	2,7	0,1	0,1	0,0
México	11,5	0,3	18,8	0,7
Sul e Sudeste Asiático	98,8	2,8	129,4	4,9
China	3,5	0,1	24,0	0,9
Hong Kong	24,6	0,7	30,5	1,2
Coréia do Sul	7,2	0,2	2,5	0,1
Taiwan	2,8	0,1	2,2	0,1
Índia	4,6	0,1	9,9	0,4
Malásia	15,1	0,4	10,1	0,4
Singapura	35,5	1,0	39,9	1,5
Países em Transição	3,8	0,1	44,7	1,7
Rússia	1,2	0,0	20,1	0,8

Fonte: Elaboração NEIT/IE/UNICAMP a partir de dados da UNCTAD

Do ponto de vista macroeconômico, a conjuntura nacional e a situação internacional contribuíram para estimular investimentos brasileiros neste período. Em primeiro lugar, a desvalorização do dólar permitiu que ativos localizados no exterior se tornassem mais atrativos quando denominados em real. Este fator preço facilitou, sobretudo, a aquisição de empresas no exterior, principal modalidade no boom recente de IDE oriundo do Brasil.

Em segundo lugar, houve uma melhoria significativa da condição financeira das empresas nacionais. Por um lado, os resultados operacionais foram impulsionados pela

retomada da demanda doméstica, em especial a partir de 2004. Por outro, os resultados não-operacionais foram impulsionados pela remuneração do mercado de títulos públicos, o que reforçou o caixa das empresas, ampliando a capacidade de auto-financiamento. Além disto, as condições de alavancagem de capital de terceiros se aprofundaram, seja pelo melhor acesso ao crédito de longo prazo no mercado de capitais internacional, seja através do financiamento através de emissão primária de ações. Estes movimentos recentes capitalizaram as empresas nacionais justamente num momento de redução dos preços dos ativos localizados no exterior, sobretudo pelo efeito câmbio. Esta convergência de fatores conjunturais favoráveis teve efeito importante na expansão do IDE oriundo do Brasil.

3. Impactos sobre a integração regional

Este item tem como objetivo avaliar em que medida o movimento de internacionalização recente mostrado no item anterior contribuiu para o processo de integração regional da América Latina. De um lado isso implica avaliar em que medida o principal acordo regional em que o Brasil participa, o Mercosul teve influência na atratividade do IDE recebido. Ao mesmo tempo, a atuação das ETN instaladas no Brasil podem ter reforçado estratégias de especialização intra-regionais que poderiam ter impulsionado o processo de integração. De outro, cabe avaliar se o movimento recente de saída de investimentos diretos realizado pelas empresas brasileiras pode estar contribuindo de alguma forma para facilitar a integração regional. Isso significa avaliar a importância relativa dos demais países da região enquanto receptores de investimento e quais as características desse investimento, assim como o sentido das estratégias implementadas pelas empresas.

Considerando o investimento recebido, é importante destacar que os processos de integração regional podem influir sobre a magnitude e a natureza do investimento direto externo (IDE), na medida em que pode aumentar o tamanho do mercado disponível para os potenciais investidores estrangeiros. Também pode ocorrer aumento do IDE intrabloco, estimulando as empresas de um país membro a investir em seus vizinhos com o objetivo de melhorar o acesso a mercados e complementar operações. Neste último caso, cabe indagar até que ponto o fluxo de investimento das empresas brasileiras tem se direcionado para os demais países da América Latina e em que medida esses investimentos poderiam estimular o processo de integração regional.

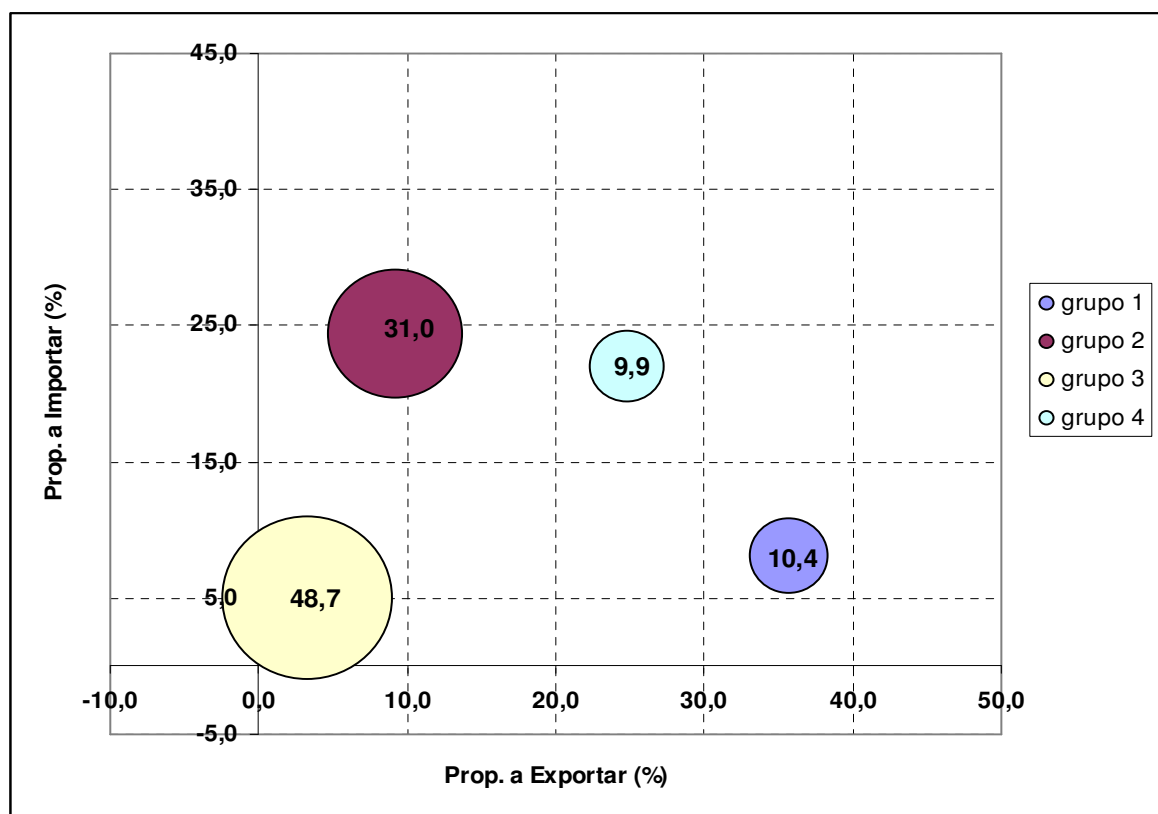
Em relação aos impactos dos investimentos recebidos, um primeiro aspecto a destacar é o fato de que a maior parte do investimento recebido pelo Brasil e de maneira mais geral pelos demais países da região foram em grande medida impulsionados pelas políticas de privatização dos setores de infra-estrutura.

O resultado é que, apesar do aumento da participação das ETs na estrutura produtiva e no comércio exterior brasileiro, isso não resultou em melhora significativa na inserção externa. A integração das filiais brasileiras foi assimétrica, no sentido de participar muito mais como compradora de produtos das demais partes das redes internacionais das grandes corporações, para atender ao mercado interno e, em menor medida para atender o mercado regional. Pouquíssimas filiais brasileiras assumiram o papel de fornecedoras globais dentro da organização mundial das ETs (Hiratuka, 2002; Hiratuka e De Negri, 2004).

A análise realizada por Laplane et. all (2001) chama atenção para o fato de que grande parte dos investimentos realizados no Brasil teve o objetivo de explorar as oportunidades de crescimento do mercado interno. Em um contexto de abertura comercial, combinada em grande parte da década de 90, com valorização cambial, isso se traduziu em aumento elevado de importações, sem contrapartida de exportações na mesma magnitude.

Esse fato pode ser constatado através do gráfico 3 mostrado a seguir. O gráfico foi montado a partir de dois conjuntos de informações. O primeiro diz respeito às propensões a exportar (exportações/vendas) e importar (importações/vendas) das empresas estrangeiras, O resultado para o conjunto das empresas com participação estrangeira cobertas pelo Censo de Capitais Estrangeiros em 2000 foi uma propensão a exportar de 14,3% e uma propensão a importar de 13,6%. A partir desses índices de referência, os setores foram classificados em 4 grupos. Um primeiro grupo foi composto pelos setores que apresentavam propensão a exportar acima da média e propensão a importar abaixo da média. O segundo pelos setores que apresentaram propensão a exportar abaixo da média e propensão a importar acima da média. O terceiro pelos setores com propensão tanto a exportar quanto a importar abaixo da média. O quarto com as duas propensões acima da média. O segundo conjunto de informações está relacionado aos volumes de investimentos recebidos por cada grupo de setores entre 1996 e 2005. No gráfico, o tamanho das bolhas representa a participação no volume de investimentos totais.

Gráfico 6 - Brasil: propensão ao comércio das empresas estrangeiras presentes no Brasil



Fonte: Elaboração NEIT/IE/UNICAMP a partir de dados do BACEN

É possível perceber por esse gráfico que quase metade dos investimentos foram recebidos por setores classificados dentro do grupo 1, com baixo grau de integração comercial, seja pela exportação, seja pela importação. Esse grupo é composto em grande parte pelos setores pertencentes aos setores de serviços, que buscavam o mercado interno e, portanto, tiveram pouco impacto sobre os fluxos comerciais e sobre a integração produtiva regional.

Já o grupo 2, com propensão a importar elevado e baixa propensão a exportar representou 31% dos fluxos acumulados entre 1996 e 2005, refletindo a estratégia de priorizar o mercado interno, porém com volume elevado de insumos e componentes importados. Os principais setores dentro desse grupo são os setores químicos, de produtos de informática e equipamentos de telecomunicações. Nesse caso, a maior parte das importações passou a ser realizada a partir do país de origem das matrizes ou de filiais localizadas em países desenvolvidos. Também nesse grupo os impactos sobre a integração produtiva regional foram bastante pequenos, uma vez que os países do Mercosul e da América Latina não se posicionaram como fornecedores relevantes.

O grupo 3, caracterizado por propensão a exportar elevada e baixa propensão a importar, foi responsável por 10,4% do total de investimentos. Em geral são setores onde predominam estratégias do tipo *resource seeking*, como no setor de extração mineral. No caso do grupo 3, os principais destinos são os mercados fora da região, o que significa que também é possível deduzir um pequeno efeitos da integração regional sobre esses setores. Vale destacar também que esse grupo tem sido o que mais tem recebido investimentos nos anos mais recentes.

Finalmente o grupo 4, com propensão a exportar e importar elevada, são setores onde as filiais tiveram uma estratégia de aumentar importações e ao mesmo tempo elevar as exportações. Os principais setores dentro desse grupo são o automobilístico e o de máquinas e equipamentos, mas também envolvem alguns segmentos de alimentos e higiene e limpeza. Esses são setores onde a lógica do investimento esteve associado a possibilidade de aumentar as exportações, em especial para o Mercosul, mas também para os demais países da América do Sul. Nesse sentido foram setores onde a existência de um mercado ampliado teve papel importante na atração do IDE e nas estratégias de especialização comercial das filiais de ETN. Esse último grupo foi, porém, o menos importante entre todos os 4 grupos e representou cerca de 10% do total do investimento.

Ou seja, a partir dessa breve caracterização, pode se concluir que a maior parte das filiais instaladas no Brasil ajustaram suas estratégias a um ambiente mais aberto, com a elevação da compra de insumos e produtos finais mais sofisticados tecnologicamente da matriz, com o objetivo de atender o mercado interno. Em menor medida se somou o objetivo de atender o Mercosul e a América Latina, além do mercado interno. De uma certa maneira, esse movimento reflete o fato de que os esquemas de complementação produtiva, com fluxos mais intensos de comércio intra-firma e intra-industrial levado a cabo pelas ETN instaladas na região no último *boom* de IDE recebido pela região foram restritos a poucos setores.

Ainda assim, embora não tenha sido o caso predominante, os investimentos nesses setores foram importantes e tiveram impactos relevantes sobre a especialização intra-regional, contribuindo para aprofundar a integração produtiva. O caso mais importante é o do setor automotivo, onde as filiais instaladas no Brasil e na Argentina passaram a ter um grau de integração relativamente elevado. Também em alguns outros segmentos de bens de consumo, como higiene e limpeza e alimentos, além da indústria química e segmentos do setor de bens de capital, podem ser encontrados casos de empresas que passaram a ter uma atuação mais integrada na região.

Pode se afirmar, portanto, que embora localizado e relativamente restrito a alguns setores, os fluxos de IDE tiveram algum papel de amplificar um processo de integração produtiva, estimulando movimentos de especialização intra-firma e os fluxos de comércio intra-industrial na região. Vale observar também, que no período recente, o boom de demanda por commodities alimentares, energéticas e minerais tem estimulado mais investimentos em setores que podem ser classificados como *resource seeking*, e que, portanto, tendem a ter menor influência sobre esquemas de complementação produtiva regional, uma vez que são direcionados aos mercados mundiais.

Se do ponto de vista dos investimentos recebidos os impactos sobre a integração regional foram relativamente pequenos, cabe avaliar em que medida o movimento recente de expansão dos investimentos brasileiros poderia estar contribuindo neste sentido.

Em primeiro lugar cabe avaliar qual a participação dos investimentos destinados aos países da região dentro do total de investimentos realizados pelo Brasil. Um problema metodológico importante para avaliar essa questão está relacionado ao fato de que os registros de fluxo e estoque de investimentos brasileiros no exterior captam apenas os destinos primários dos investimentos, que em grande medida são realizados em paraísos fiscais para então seguir para o destino final. Essa questão fica clara quando se observa os dados da tabela 4. Nessa tabela o estoque de investimentos diretos brasileiros no exterior está aberto por país de destino. Os principais receptores são as Ilhas Cayman, seguidas pelas Ilhas Virgens Britânicas e pelas Bahamas. Esses três países respondem por cerca de 60% do estoque de investimentos brasileiro no exterior. Obviamente que a partir desses países o capital deve seguir para outros países de destino final, mas esta é uma informação que não está disponível nos dados do Banco Central do Brasil.

Tabela 4 – Estoque de Investimentos Brasileiros Diretos no Exterior: principais países de destino. Em US\$ milhões e %

País	US\$ milhões	%
Ilhas Cayman	41.643	40,1
Ilhas Virgens (Britânicas)	11.875	11,4
Ilhas Bahamas	9.629	9,3
Dinamarca	7.290	7,0
Estados Unidos	6.436	6,2
Espanha	4.211	4,1
Luxemburgo	3.070	3,0
Argentina	2.496	2,4
Países Baixos (Holanda)	2.184	2,1
Uruguai	2.030	2,0
Total	103.923	100

Fonte: Elaboração NEIT/IE/UNICAMP a partir de dados do BACEN

Uma forma de reduzir essa distorção é considerar a participação relativa dos países no total excluindo o estoque registrado nos paraísos fiscais. Embora não solucione o problema, esse procedimento ajuda a ter uma visão menos distorcida da importância relativa do Mercosul e dos demais países da América Latina no total de investimentos recebidos.

Na tabela 5, os dados para 2001 e 2007 são apresentados, com a participação relativa dentro do total exclusive o investimento nos paraísos fiscais. Por esses dados, observa-se em primeiro lugar entre 2001 e 2007, o crescimento do investimento nos países constantes na tabela foi de 13,5%, passando de US\$ 6,0 bilhões para US\$ 6,8 bilhões.

Ocorreram, porém mudanças importantes entre os países, com uma tendência de redução da participação relativa do Mercosul, em especial dos dois países mais importantes, Argentina e Uruguai, e uma tendência de aumento da importância relativa dos demais países. A Argentina continua sendo o principal país a receber investimentos brasileiros dentro da região, apresentando um crescimento de 39% no período. Já o Uruguai apresentou uma grande redução inclusive em termos absolutos. Juntamente com o Equador, esses dois países foram os únicos a apresentar redução absoluta nos estoques de investimento. Por outro lado, Peru, México Chile Venezuela e Paraguai apresentaram tendência de crescimento expressiva (todos acima de 100% no período).

Tabela 5 – Estoque de Investimentos Brasileiros Diretos nos principais países da América Latina, exclusive os destinados a paraísos fiscais: Em US\$ milhões e %

País	2001		2007		Crescimento %
	US\$ milhões	%	US\$ milhões	%	
Argentina	1.789	4,0	2.496	3,2	39,5
Uruguai	3.603	8,1	2.030	2,6	-43,6
Paraguai	58	0,1	125	0,2	115,2
Mercosul	5.450	12,2	4.651	6	-14,7
Peru	50	0,1	587	0,8	1.080,80
México	75	0,2	547	0,7	627
Chile	160	0,4	526	0,7	229,6
Venezuela	40	0,1	222	0,3	454,2
Colômbia	130	0,3	203	0,3	55,8
Bolívia	51	0,1	64	0,1	24,9
Equador	72	0,2	40	0,1	-44,5
Subtotal	6.029	13,5	6.843	8,8	13,5
Total	49.689	100	103.923	100	109,1

Fonte: Elaboração NEIT/IE/UNICAMP a partir de dados do BACEN

Considerando as informações sobre os fluxos de investimentos, os dados mais recentes de 2006 a 2008 indicam que no acumulado desses três anos, o montante chegou a US\$ 5,5 bilhões, o que significou 10,4% do total dos fluxos e 16,3% quando se exclui do total os

investimentos direcionados aos paraísos fiscais. Novamente a Argentina se destaca, seguido pelo Chile, Uruguai e México.

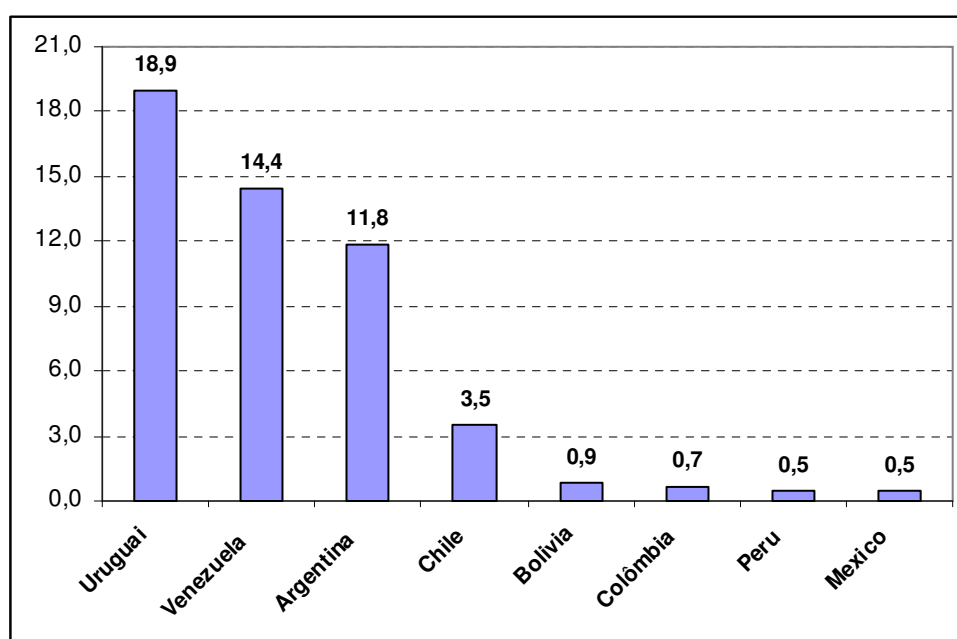
Tabela 6 – Fluxos de Investimentos Brasileiros Diretos nos principais países da América Latina acumulados entre 2006 e 2008. Em US\$ milhões e %

País	Valor	Part. relativa no total (%)	Part. relativa no total exclusive paraísos fiscais (%)
Argentina	2.465,0	4,7	7,3
Chile	1.277,4	2,4	3,8
Uruguai	944,8	1,8	2,8
México	321,7	0,6	0,9
Venezuela	256,0	0,5	0,8
Colômbia	172,7	0,3	0,5
Peru	66,6	0,1	0,2
Bolívia	10,0	0,0	0,0
Total	5.514,1	10,4	16,3

Fonte: Elaboração NEIT/IE/UNICAMP a partir de dados do BACEN

Uma outra informação importante diz respeito à importância relativa do volume investido pelo Brasil em relação ao total de investimentos recebido por cada um dos países analisados. Como pode ser observado no gráfico 7, para Uruguai, Argentina e Venezuela, os volumes investidos pelo Brasil representaram uma parcela significativa dentro dos fluxos recebidos por esses países.

Gráfico 7 – Importância relativa dos investimentos realizados pelo Brasil no total dos investimentos recebidos pelos países (acumulado de 2006 a 2008). Em %.



Fonte: Elaboração NEIT/IE/UNICAMP a partir de dados do BACEN e UNCTAD

Os dados analisados até agora indicam que os investimentos brasileiros no exterior não foram direcionados prioritariamente para a região, embora, como ressaltado, o direcionamento para paraísos fiscais dificulte a análise. Ainda assim, é importante enfatizar que os dados de estoque e dos fluxos recentes mostram uma importância não desprezível dos países do Mercosul, em especial Argentina e Uruguai, enquanto destino dos investimentos brasileiros. Além disso, além de serem importantes no total de investimentos brasileiros, também deve se destacar que nesses dois países o investimento oriundo do Brasil representa uma parcela importante dentro do total recebido. No caso dos demais países da América Latina os volumes são menores, embora no caso da Venezuela a importância dentro do total do investimento recebido por esse país não seja desprezível.

Uma outra forma de avaliar a importância dos países da região nas estratégias de internacionalização das empresas é tentar avaliar ao nível das empresas como estão sendo distribuídos os investimentos geograficamente. Algumas indicações sobre este aspecto podem ser observados na tabela 7, que mostra dados das 20 maiores empresas multinacionais brasileiras, levantadas por um estudo da Fundação Dom Cabral, em conjunto com a Columbia University (2007). Essa tabela mostra, além do índice de transnacionalidade, que é a média do percentual dos ativos, vendas e empregados no exterior de cada empresa, o índice de distribuição regional, isto é a participação relativa do número de filiais em cada região em relação ao total.

A tabela 7 mostra que a América Latina constitui-se na principal região de localização das filiais das multinacionais brasileiras. Esse dado é confirmado por Cyrino et. all (2008), que através de levantamento em 109 empresas, mostrou que 47% tem a América Latina como primeiro mercado de entrada em seu processo de internacionalização, fato que os autores associam à menor distância geográfica, cultural e em termos de desenvolvimento econômico.

Tabela 7 – 20 maiores multinacionais brasileiras em 2006: índice de transnacionalidade e distribuição regional.

Posição	Empresa	Índice de Transnacionalidade	Índice de Distribuição Regional				
			América Latina	Ásia	Europa	América do Norte	África
1	Companhia Vale do Rio Doce	29	10	60	10	10	10
2	Petrobras S.A	12	33		33	11	22
3	Gerdau	46	73		9	18	
4	Embraer	23		40	40	20	
5	Votorantim	6	25	25	33	17	
6	CSN	16			50	50	
7	Camargo Correa	19	67		8	8	17
8	Odebrecht	27	58	8	8	8	17
9	Aracruz Celulose	7	40		40	20	
10	WEG	22	33	17	33	8	8
11	Marcopolo	27	43	29	14		14
12	Andrade Gutierrez	17	88		13		
13	Tigre S/A	20	86			14	
14	Usiminas	0,3					
15	Natura	14	86		14		
16	Itautec S.A	15	63		25	13	
17	América Latina Logística	12	100				
18	Ultrapar Participações	2	100				
19	Sabó	29	9	27	55	9	
20	Lupatech	7	50			50	

Fonte: Fundação Dom Cabral e Columbia University (2007).

Aparentemente, esse dado contrasta com o estoque e os fluxos de IDE destinados à região. No entanto, a concentração dos investimentos de maior valor nas empresas que estão no topo do ranking ajuda a explicar essa aparente contradição. Empresas como Vale, Petrobrás e Gerdau, pelo seu tamanho relativo, acabam por influenciar os valores dos fluxos e dos estoques. Além disso, são empresas que tem um processo de internacionalização mais antigo e que por já terem uma estratégia global, como destacado adiante, realizaram grandes investimentos também fora da América Latina. Por outro lado, quando se consideram empresas de menor porte e com menor grau de internacionalização a América Latina e em especial a Argentina aparece com destaque, em razão justamente do Mercosul, mas também pela maior proximidade geográfica, cultural e pela menor distância em termos de ambiente de negócios.

A análise realizada por Coutinho et. all (2008) buscou classificar as estratégias das multinacionais brasileiras em seus processos de internacionalização em três grandes grupos.

Num primeiro grupo, encontram-se os investimentos determinados por uma estratégia de busca ou reafirmação de liderança global. Aqui estariam localizados investimentos *greenfield* e operações de fusão e aquisição que permitiram reafirmar ou posicionar empresas

nacionais como global *players* em seus setores de atuação, com grandes efeitos positivos sobre sua valorização nos mercados acionários e sua capacidade de alavancagem em mercados financeiros e de capitais no exterior. As aquisições da Inco pela Vale e da Swift pela JBS-Friboi são claros exemplos desta estratégia agressiva de expansão das operações no exterior através de F&A. Os investimentos da Petrobras em ativos já estabelecidos e em operações *greenfield* também contribuíram para a reafirmação do caráter global da empresa petrolífera, explicitando estratégia longamente perseguida.

Um segundo grupo identifica diversas variantes de estratégias de internacionalização do tipo *market-seeking* (Dunning, 1993), em que a principal motivação é ampliar os espaços de acumulação de capital de empresas que têm competitividade externa, mas a exerciam apenas através de exportações. Neste caso, a exploração de mercados no exterior não pode se dar apenas através de exportações, mas também através de estruturas de produção localizadas diretamente nestes mercados. Diversas são as motivações deste tipo de IDE, que substitui ou complementa fluxos pré-existentes de exportação, destacando-se a necessidade de maior proximidade dos consumidores e a busca de melhorar os ativos comerciais no exterior como canais de comercialização e marcas.

Finalmente, no terceiro grupo, estariam as empresas que se internacionalizaram buscando estratégias defensivas. Aqui se encontrariam empresas que lançaram mão da internacionalização de suas operações como forma de reduzir custos de produção e, desta forma, fazer frente à maior pressão competitiva que tais empresas têm enfrentado no mercado doméstico. Neste caso, a valorização do câmbio e a redução dos preços de produtos importados ampliaram fortemente a contestabilidade do mercado doméstico, o que levou empresas nacionais a se defenderem replicando a estratégia de seus concorrentes externos: produzir de forma mais barata no exterior.

Os investimentos no Mercosul e nos demais países da América Latina em geral estão mais relacionados aos investimentos do segundo grupo, que envolvem empresas de diversos ramos (autopeças, cosméticos, engenharia, alimentos). Essas empresas conseguiram acumular capacitações produtivas, técnicas e comerciais no mercado doméstico e muitas delas conquistaram presença significativa no mercado internacional através de exportações. Frente ao desafio de continuar seu processo e expansão, a internacionalização produtiva foi o passo seguinte, e nesse contexto, a América Latina e o Mercosul se constituíram na escolha principal.

Pelo fato de grande parte dessas empresas ter um processo de internacionalização ainda bastante recente, o impacto desse movimento ainda deve ser relativamente pequeno, em especial porque a forma preferencial de entrada tem sido mais através de aquisições do que de novos investimentos. No entanto, é de se esperar que com o avanço do processo e à medida em que as multinacionais brasileiras se tornem mais maduras, os investimentos *greenfield* possam ser mais relevantes.

Para expandir sua capacidade de competição, essas empresas, assim como novas empresas que ainda operam apenas no mercado doméstico, podem implementar estratégias voltadas para estreitar vínculos com os mercados de destino na região, como desenvolvimento de marcas, desenvolvimento de canais de comercialização e serviços de assistência pós-venda. Obviamente que esse processo depende também das condições de crescimento e das questões de incentivos e regulatórias de cada país de destino. Porém é de se esperar que com a maturidade dos investimentos, possa ocorrer maior especialização produtiva entre as filiais, com aumento do intercâmbio de informações produtivas, comerciais e tecnológicas entre as unidades dentro da região, promovendo a integração produtiva.

Vale destacar, porém, um segmento em particular onde os investimentos brasileiros podem ter um papel mais direto no processo de integração regional, até porque está diretamente vinculado a um dos pilares do processo, que diz respeito à integração da infraestrutura regional. Esse é um aspecto que ganha ainda mais importância quando se considera que a região passou por um período relativamente longo de crises fiscais que deterioraram a capacidade do estado de coordenar os investimentos em infra-estrutura. A preocupação com a questão da infra-estrutura nos países da América do Sul está consolidada na IIRSA (Iniciativa para Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana), constituída em 2000 para ser um fórum para coordenar ações de investimentos em Infra-Estrutura Física.

As grandes empresas de engenharia brasileiras (as mais importantes estão listadas na tabela 3, Camargo Correa, Odebrecht e Andrade Gutierrez), que já haviam passado por um processo de internacionalização na década de 80 em razão da crise no mercado interno brasileiro, aproveitaram as oportunidades abertas pelos projetos de investimento da IIRSA para alavancar sua posição no exterior.

Como ressalta Iglesias (2008), o apoio do BNDES também teve papel importante através do aporte de financiamento para essas operações, conjugando o interesse de promover a internacionalização das empresas brasileira com o objetivo de financiar projetos de infra-

estrutura no exterior. Como pode ser visto na tabela 8, as operações do BNDES-Exim para a infraestrutura tiveram crescimento expressivo em 2007 e 2008, sendo que a maioria dos recursos foram destinados à serviços de engenharia e construção.

Tabela 8 - Desembolsos de BNDES-Exim para a área de Infra-estrutura no exterior

Setor	2004	2005	2006	2007	2008
Água e saneamento	-	-	-	-	1.095
Engenharia e Construção	227.990	292.152	180.322	599.766	917.846
Eleticidade e Gás	542	1.427	334	14.754	41
Informações e Comunicações	-	-	-	95.210	-
Telecomunicações	-	495	-	-	-
Total Exim-Infra-estrutura	228.532	294.074	180.656	709.730	918.982

Fonte: BNDES. Extraído de Deos et al (2009)

Esses dados mostram que os investimentos brasileiros podem estar cumprindo um papel importante no processo de integração produtiva, na medida em que os investimentos de infra-estrutura realizados por empresas brasileiras e com financiamento do BNDES, permitam melhorar as condições da integração física dos países da América Latina. Esse provavelmente é um dos principais vetores do processo de articulação de uma economia mais integrada regionalmente, não apenas pelos seus efeitos imediatos, mas também pelos efeitos futuros sobre o processo de integração comercial e sobre novos projetos de investimentos.

Vale fazer a ressalva de que grande parte dos projetos de infra-estrutura em carteira no IIRSA, estão voltados para melhorar os corredores de exportação, sendo pautados, portanto, pela consolidação de estruturas de transporte que permitam uma melhor inserção exportadora dos países da região. Em uma perspectiva de mais longo prazo, seria importante que os projetos fossem mais direcionados para sustentar as possibilidades de complementação produtiva, favorecendo não apenas o comércio da região com terceiros mercados, mas também o investimento e o comércio intra-regional.

4. Considerações Finais

A economia brasileira tem aumentado seu grau de internacionalização no período recente em especial através do aumento dos investimentos diretos realizados no exterior, uma vez que, enquanto receptora de investimentos, o país já possuía uma longa tradição. Este artigo buscou caracterizar esse processo, ressaltando o fato de que o movimento de

internacionalização através do investimento direto por parte das empresas brasileiras as colocou em linha com um intenso movimento de transnacionalização de empresas de países em desenvolvimento.

Além da caracterização, buscou-se também destacar a importância desse fenômeno para o processo de integração econômica regional. Do ponto de vista dos investimentos recebidos, os dados analisados mostram que os investimentos das empresas estrangeiras voltadas para reorganizar as filiais e aumentar a especialização intra-regional não foram a regra geral. Ao contrário, a maior parte dos investimentos estiveram voltados para explorar o mercado interno, resultando em aumento de importações de fora da região. Mais recentemente, tem crescido os investimentos do tipo *resource seeking*, que procuram aproveitar as vantagens locais da economia brasileira para implementar estratégias de exportações para o mercado mundial.

Com relação aos investimentos realizados pelas empresas brasileiras, embora o Mercosul e a América Latina tenham uma representatividade relativamente pequena no total dos fluxos analisados, em termos estratégicos, os investimentos na região são bastante importantes, uma vez que a abertura de filiais nos países vizinhos representa o primeiro passo em direção a uma estratégia internacional que vá além das exportações. Esses investimentos levam a um maior envolvimento das empresas brasileiras com os mercados da região, uma vez que pressupõem uma interação mais direta com o mercado e com os fatores de produção dos países de destino.

Em termos prospectivos, é possível esperar que os investimentos diretos sejam um vetor importante do processo de integração regional. Vale lembrar que, apesar do discurso a favor da integração econômica na América Latina, a integração “de facto” tem avançado de maneira lenta. Mesmo no Mercosul, a união aduaneira teve impacto limitado sobre o processo de integração e complementação produtiva entre os países membros. Muitos especialistas vêem a limitação aos avanços no fato da união aduaneira ser ainda incompleta.

É fato, porém, que o movimento de integração regional, baseado na complementação produtiva e na especialização intra-setorial, não depende apenas das reduções das barreiras comerciais. Os fluxos de investimento direto também têm um peso importante e devem ser mecanismos cada vez mais importantes, tanto para aumento da competitividade dos países da região, como para a integração e aprofundamento da complementação produtiva intra-regional.

Entretanto, o simples interesse privado não necessariamente leva a uma integração benéfica para todos os países da região. A coordenação e as políticas dos Estados devem ter um papel importante para estimular e aumentar os benefícios do processo de investimento privado.

O aprofundamento da integração produtiva pressupõe a reorganização das atividades de inovação, da produção, da logística e dos mercados, levado a cabo pelos investimento das empresas transnacionais de fora ou da própria região. Nesse sentido, a coordenação das ações de política relacionadas a incentivos e regulação para o investimento e atuação das empresas regionais pode ter um impacto importante sobre a complementação produtiva. Também deve ser destacado a importância na coordenação para estimular e fomentar os investimentos na infra-estrutura regional. Esses investimentos podem ter um efeito importante sobre o fortalecimento dos vínculos da região e ao mesmo tempo sobre a competitividade em terceiros mercados. Por todos esses motivos, torna-se fundamental a incorporação destas questões na agenda de discussões das políticas de integração regional.

BIBLIOGRAFIA

- CIRYNO, A. B., TANURE, B. e BARCELLOS, E. P. (2008). **International trajectories of Brazilian Companies: empirical contribution on the importance of distance**. Caderno de Ideias, Fundação Dom Cabral, n. CI0834.
- COUTINHO, L. HIRATUKA, C. e SABBATINI, R. (2008). **O investimento direto como alavanca dinamizadora da economia brasileira**. In Barros, O. e Giambiagi, F. *Brasil Globalizado*. Rio de Janeiro: Campus.
- DEOS, S. et. All (2009) **Perspectivas do Investimento na dimensão Mercosul e Integração da América do Sul**. Relatório de Pesquisa. Projeto Perspectivas do Investimento no Brasil. UFRJ/UNICAMP.
- ARZA, V.; LÓPEZ, A. (2007) **La Visión Regional. Complementación productiva en la industria automotriz en el Mercosur**. Montevideú: Red Mercosur.
- CHUDNOVSKY, D.; LÓPEZ, A. (2006). **Inversión extranjera directa y desarrollo: la experiencia del MERCOSUR**. In: GUYER, F. G. (Coord.) *15 años de Mercosur: Comercio, Macroeconomía e Inversiones Extranjeras*. Montevideú: Red Mercosur no. 8.
- COUTINHO, L., LAPLANE, M. e HIRATUKA, C. (org.). (2003) **Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil**. São Paulo: Ed. Unesp.
- DE NEGRI, F. (2004) **Desempenho comercial das empresas estrangeiras no Brasil na década de 90**. Rio de Janeiro: BNDES, 26º Prêmio BNDES de economia, 2004.

- DUNNING, J. (1993) **Multinational enterprise and the global economy**. Workingham: Addison-Wesley Publishers.
- FUNDAÇÃO DOM CABRAL; COLUMBIA UNIVERSITY (2007). A decolagem das Multinacionais Brasileiras. **FDC**, Nova York. Disponível em: <http://www.fdc.org.br/pt/Documents/ranking_transnacionais_brasileiras2007.pdf>.
- HIRATUKA, C. e De NEGRI, F. (2004). **Influencia del origen del capital sobre los patrones del comercio exterior brasileño**. *Revista de La CEPAL*, n. 82, abril
- IGLESIAS, R. **Algunos elementos para caracterizar los intereses brasileños en la integración en infraestructura en América del Sur**. *Integración y Comercio*, Buenos Aires, n. 28, 2008.
- LAPLANE, M. F., SARTI, F. (2002). **O investimento direto estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 90**. *Economia e Sociedade*, v.11, n. 1 (18), p. 129-164, jan./jun.
- LAPLANE, M. F., SARTI, F., HIRATUKA, C., SABBATINI, R. (2001). **El caso brasileño**. In CHUDNOVSKY, D. (Editor) *El boom de las inversiones extranjeras directas en el MERCOSUR*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- LUCIONI, L. **La provisión de infraestructura en América Latina: tendencias, inversiones y financiamiento**. Santiago: CEPAL, 2009.
- SANTISO, J. (2008) **La emergencia de las multilatinas**. *Revista de la CEPAL*, Santiago, n. 95.
- UNCTAD (2002). **World Investment Report: TNCs and export competitiveness**. New York, Geneva: United Nations.
- UNCTAD (2006). **World Investment Report: FDI from Developing and Transition Economies: Implications for Development**. New York, Geneva: United Nations.